

## ACTA N.º 16

### Acta da Sessão Ordinária do dia 20 de Fevereiro de 2004

----- Aos vinte dias do mês de Fevereiro de dois mil e quatro, pelas vinte horas e quarenta minutos, no Edifício dos Paços do Concelho e na sua Sala de Sessões, reuniu a Assembleia Municipal de Vagos, sob a presidência do Senhor Doutor Mário Júlio Almeida Costa, secretariado pelo 1.º Secretário, Senhor Manuel da Rocha Pereira e Hector de Almeida, em substituição do 2.º Secretário, Hugo Emanuel Ribeiro Jorge-----

----- Feita a chamada, verificou-se que faltaram à presente Sessão os seguintes deputados municipais: Elisabete Pequeno, Cármina Furtado, Elisabete Cardoso, Hugo Jorge, Licínio Ramos, Manuel Bogalho, Manuel Orlando Marques e Rui Santos.-----

----- Justificaram a falta os Senhores Deputados: Elisabete Cardoso, que solicitou suspensão de mandato pelo período de trinta dias; Elisabete Pequeno que foi substituída pelo Senhor André Pinho; Hugo Jorge, que foi substituído pelo Senhor Silvino Corticeiro; Licínio Ramos que foi substituído pelo Senhor Manuel Bertolino Reverendo; Manuel Orlando Marques, que foi substituído pelo Senhor David Carapinha e Rui Santos, que foi substituído pelo Senhor Silvério Regalado. -----

----- Da parte do executivo estavam presentes o senhor Presidente da Câmara, Dr. Rui Cruz, e os senhores vereadores Mário Reis Pedreiras, Dr. Jorge Simões, António Graça, Dr. Paulo Neta e Álvaro Rosa. -----

----- Os trabalhos da Assembleia iniciaram-se com uma referência do respectivo Presidente à recente visita de Sua Excelência o senhor Presidente da República ao nosso Concelho. Disse o seguinte: “É esta a primeira sessão da Assembleia Municipal após a visita de Sua Excelência o Senhor Presidente da República ao Concelho de Vagos. Todos concordarão que se tratou de uma honra enorme, que não poderemos deixar de assinalar com regozijo e reconhecimento definitivo. Nunca, aliás, um Chefe de Estado tinha visitado oficialmente o nosso Concelho. Esta visita constituiu, sem dúvida, uma jornada inesquecível, pela própria presença do Senhor Dr. Jorge Sampaio, com quem houve oportunidade de conviver singelamente – como é seu timbre – e pelas palavras que aqui pronunciou.-----

----- Palavras que exorcizaram os medos, o derrotismo e o negativismo que vêm dominando a generalidade dos Portugueses. Palavras, pelo contrário, que fizeram apelo à auto-estima, à convergência de esforços que nos devem unir na recuperação do País, à superação de dissensos secundários, à probidade na gestão pública e na acção privada, aos valores da cidadania, à confiança no futuro individual e colectivo. -----

----- Acreditamos que o Senhor Presidente da República, em troca desta mensagem valiosa e eloquente que nos deixou, tenha sentido o calor da nossa admiração, da nossa gratidão e do nosso preito respeitoso.”-----

----- De seguida, o senhor Presidente leu o elenco da correspondência dirigida à Assembleia, a qual, como habitualmente, fica à disposição dos senhores deputados. -----

----- Passou-se então à aprovação da acta da sessão anterior. O senhor deputado Silvério Rua apresentou uma proposta de correcção nos seguintes termos: “na minha intervenção dirigida ao Senhor Manuel Orlando Marques disse que ele tinha todo o direito de pedir o máximo de obras para a Ponte de Vagos, não tinha o direito de estar a acusar a Câmara de fazer poucas obras na Ponte de Vagos porque as obras estão à vista. Disse ao Senhor Orlando que ele já se tinha esquecido que, no anterior mandato, ele para fazer algumas obras na Ponte de Vagos tinha que adiantar o dinheiro do bolso dele e agora não acontecia isso. E que agora acusa mas as obras estão à vista.”-----

----- Posta à votação, foi a acta aprovada por maioria com um voto contra e quatro abstenções. O senhor deputado Paulo Frade apresentou a seguinte declaração de voto: “O deputado independente Paulo Frade vota contra a presente

acta. A sua falta (por abandono) à última Assembleia, falta essa que não consta da referida acta, pode trazer-lhe implicações judiciais.”-----

----- Ainda no Período Antes da Ordem do Dia, começou por usar da palavra o Senhor Fernando Capela para apresentar cinco requerimentos do Partido Social Democrata. O senhor deputado passou a apresentar o primeiro: “Atendendo à gravidade da decisão do Supremo Tribunal de Justiça relativa ao processo Riavagos, recomenda-se à Câmara Municipal de Vagos que accione todos os meios e expedientes legais admissíveis na Lei para contrariar aquela decisão.” Posto à votação, foi o mesmo aprovado com uma abstenção. -----

----- O segundo requerimento é do seguinte teor: “Atendendo à gravidade da decisão do Supremo Tribunal de Justiça relativa ao processo Riavagos, recomenda-se à Câmara Municipal de Vagos no sentido de apurar eventuais responsabilidades civis e/ou criminais dos autarcas envolvidos no presente processo que solicite parecer externo ao IGAT, ao Procurador-geral da República e ao Tribunal de contas.” O senhor deputado Jorge Luís Oliveira pediu a palavra para referir que o que está na mesa são propostas de deliberação e não propriamente requerimentos, pelo que devem ser objecto de discussão. -----

----- Aceite a sugestão pela Mesa, usou da palavra o senhor Jorge Luís para dizer que a Assembleia Municipal tem responsabilidades políticas nesta matéria, sugerindo a convocação de uma Assembleia para discussão do assunto.-----

----- O senhor deputado Paulo Frade usou da palavra para lembrar que juntamente com uma declaração de voto tinha entregue o seguinte requerimento: “O mesmo deputado requer que esta Assembleia decida se a acta em questão é juridicamente nula ou anulável.” Respondeu o Senhor Presidente que a sessão não é nula nem anulável, pois ficará registado o momento em que o senhor deputado abandonou a sessão. -----

----- Posto à votação, foi o requerimento aprovado por unanimidade. -----

----- O Senhor Fernando Capela apresentou nova proposta nos seguintes termos: “Ao abrigo do Artigo 2º alínea j) do regimento da Assembleia Municipal, propõe-se a constituição de uma comissão eventual para a instrução de inquérito e averiguação da eventual responsabilidade civil ou criminal dos Autarcas envolvidos no processo Riavagos versus Município de Vagos, chamando a depor as seguintes pessoas: Dr. Rui Miguel Rocha da Cruz, Dr. Carlos Fernandes Roseiro Bento, Sr. António dos Santos Costa, Sr. Álvaro de Almeida Rosa, Eng. João Evangelista Marques, Prof. Albina Maria de Oliveira Rocha, Sr. Manuel de Oliveira Pereira, Eng. Mário Martins, Dr. João José Albuquerque Simões Rocha, Sr. José Francisco Sarabando, Dr. Manuel Augusto Domingues, Sr. Basílio de Oliveira, Dr. Armindo Sequeira, Sr. Viriato da Cruz Camarheiro, Sr. José António Pereira de Moura, Sr. Manuel Augusto Ferreira Domingues, Sr. Domingos Barreto Cerqueira, Sra. Maria de Lurdes Pereira Batista, Sr. António Paula, Eng. Hélio Martins, Sr. Licínio Custódio Ramos, Sr. Manuel Santos Neto, Alcino Oliveira, Dr. Vieira Cura, Dr. Pedro Samagaio, Eng. António Manuel Costa de Castro e Dr. Laerte Pinto Macedo.-----

----- No uso da palavra, o Senhor Paulo Frade começou por se referir ao pedido de demissão que tinha feito relativamente ao senhor vereador da Cultura, considerando-o excessivo, mas reafirmando os erros da monografia de Vagos e perguntando qual o direito que o senhor vereador tem de lhe dar dez dias para apontar esses erros. Considerou os documentos apresentados desnecessariamente oportunistas e que há um mínimo de ética que neste concelho nunca foi respeitado. -----

----- A senhora deputada Luísa Costa manifestou-se contra a mencionada lista de nomes da proposta, propondo que além destes podem ser trazidos outros que sejam de grande mais-valia. -----

----- O senhor presidente propôs o acrescentamento de “e outras pessoas que a Comissão entenda”. -----

----- O senhor Jorge Luís propôs a retirada do classificativo “civis ou criminais”, terminando em “responsabilidades”. -----

----- Colocada a proposta, assim emendada, à votação, foi aprovada por unanimidade.-----

----- O senhor Paulo Frade manifestou-se ainda contra a listagem de nomes da deliberação. -----

----- Passando à constituição da Comissão, decidiu-se que integrará três deputados do CDS, três do PSD e um do PS. Foram indicados por parte do CDS: Dra. Luísa Costa, Dr. Paulo Frade e Eng. Vítor Silva; pelo PSD Dra. Helena Marques, Sr. Pires Plácido e Sr. Fernando Capela; do PS, o Sr. Jorge Luís Oliveira. Entre si, esta comissão designará entre os seus membros o relator. -----

----- O quarto requerimento apresentado pelo Grupo Municipal do PSD dizia o seguinte: “Atendendo à gravidade que poderá importar para o Município em termos financeiros a recente decisão do Supremo Tribunal de Justiça relativo ao processo Riavagos, recomenda-se à Câmara Municipal de Vagos a imediata suspensão de quaisquer transferências relativas à duplicação do FFF para as freguesias para o ano 2004.”-----

----- No uso da palavra, o senhor Jorge Luís Oliveira manifestou a sua surpresa pela proposta, afirmando ser completamente errada e dizendo que os Presidentes das Juntas não podem ser penalizados pelos erros dos senhores Presidentes da Câmara, pedindo finalmente a sua rejeição.-----

----- O Senhor Fernando Vieira afirmou que não se admira com a proposta, pois o senhor Fernando Capela havia já deixado uma ameaça velada no ar aquando da votação do Orçamento, por alguns Presidentes de junta terem votado contra. Acrescentou que é preciso cuidado porque há Juntas que já assumiram encargos financeiros a contar com esta verba. -----

----- A senhora deputada Luísa Costa apoiou as palavras das intervenções anteriores em defesa das freguesias e afirmou que se estava a pôr o carro à frente dos bois porquanto a Câmara tem ainda um longo caminho a percorrer no que ao processo diz respeito. -----

----- O senhor deputado Manuel Pereira manifestou-se também contra a proposta por a achar extemporânea, pois não estão esgotadas as possibilidades jurídicas de defesa do Município. -----

----- O senhor deputado Joaquim Plácido disse que o que está em causa é a duplicação do FFF, não é o próprio FFF. -----

----- A senhora deputada Helena Marques declarou que se ia abster, deixando o assunto à consideração do senhor Presidente da Câmara. -----

----- O Senhor Jorge Luís Oliveira disse que não temos que estar a fazer alterações ao orçamento, e que devemos defender a dignidade da Assembleia Municipal, a qual aliás tem responsabilidades neste caso. -----

----- O senhor deputado Silvério Regalado disse que não é de ânimo leve que o PSD toma esta iniciativa, e que se não temos uma decisão definitiva, ela está muito próxima. E que não entende esta preocupação com o corte do FFF, pois que antes votaram contra ele. -----

----- O Senhor Manuel Pereira usou da palavra para esclarecer que, quando não votou favoravelmente o Plano de Actividades e Orçamento, o fez na globalidade por ter muitos aspectos com que não concordava, não devido à duplicação do FFF. -----

----- Posta à votação, foi a proposta rejeitada com quatro abstenções, dezasseis votos contra e nove votos a favor.-

----- O senhor Presidente apresentou declaração de voto contra por ter sido sensível às posições aqui defendidas,

bem como ao facto de não se ter demonstrado que estejam esgotados todos os meios jurídicos para defesa do Município. -----

----- O Senhor Jorge Luís Oliveira declarou que votou contra porque não pode aceitar que se faça chantagem com os Presidentes das Juntas, e que a duplicação do FFF não é uma benesse, é uma promessa cumprida. -----

----- A Senhora Helena Marques declarou que deixa na mão do senhor Presidente da Câmara a capacidade de resolver o problema. -----

----- O Senhor Silvério Regalado disse que esta proposta não era de execução imediata, mas em previsão de uma catástrofe futura. -----

----- O Senhor Fernando Capela disse que apenas se pretendia acautelar os interesses da Câmara Municipal e que as propostas apresentadas não são suas mas do Grupo Municipal do PSD, com um sentido de responsabilidade para encarar este grave problema. Congratulou-se também com a visita do Senhor Presidente da República ao Concelho. Referiu-se ainda ao IX Cross de Vagos, a realizar a nove de Março na Quinta do Egas, convidando os presentes a vir apreciar esta prova desportiva. -----

----- Usou da palavra em seguida o senhor vereador Jorge Simões para responder ao senhor deputado Paulo Frade acerca das suas afirmações relativas a alegados erros na monografia de Vagos. Explicou que tinha pedido ao senhor deputado para informar quais eram esses erros a fim de os expor à editora, de modo a suprir em breve essas falhas. Relativamente ao pedido de demissão, o senhor vereador afirmou que foi eleito para um mandato de quatro anos e só se demitirá se o senhor Presidente da Câmara lhe retirar o apoio. Sobre o apoio à exposição de pintura no Salão dos Bombeiros, afirmou que a Câmara atribuiu um subsídio de quinhentos euros. E devolveu ao senhor deputado o epíteto de mentiroso que este lhe havia atribuído. -----

----- No uso da palavra, o senhor Joaquim Plácido congratulou-se com a visita do Senhor Presidente da República, referindo-se depois à necessidade de contenção acerca dos terrenos do Areão, um assunto que compete a quem de direito resolver e pedir contas a quem o criou. Perguntou ainda ao senhor Presidente da Câmara em que ponto se encontra o plano de pormenor da Gafanha da Boa Hora. -----

----- O Senhor Paulo Frade afirmou que na próxima sessão da Assembleia Municipal apresentará um requerimento a recomendar a demissão do senhor vereador Jorge Simões, afirmando que ele fez afirmações gravíssimas. -----

----- O Senhor Jorge Luís Oliveira pediu esclarecimentos à Mesa sobre a correspondência recebida acerca da auditoria externa à Câmara Municipal de Vagos. Pediu também a clarificação das alusões do senhor deputado Paulo Frade acerca do PS e do Jornal O Ponto. Referiu-se em seguida à falta de respeito da Câmara pela Assembleia Municipal, apresentando o caso da aprovação incondicional da venda dos terrenos do Areão em 1990, sem a análise dos convenientes documentos informativos, uma Assembleia que muitas vezes nós próprios desrespeitamos. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa leu de seguida o ofício recebido acerca da auditoria à Câmara. -----

----- O Senhor Silvério Regalado, após se congratular com a visita do senhor Presidente da República, questionou o senhor Presidente da Câmara sobre a situação em que se encontra o PDM. -----

----- A senhora deputada Dulcília Sereno perguntou acerca dos pagamentos da Comissão dos Moinhos de S. Romão. Apresentou cumprimentos aos novos responsáveis de “O Ponto”. Elogiou também o trabalho cultural do senhor vereador no apoio às escolas da sua freguesia. -----

----- O Senhor Paulo Frade esclareceu as alusões anteriormente feitas sobre o jornal O Ponto.-----

----- O Senhor Jorge Luís Oliveira protestou contra as afirmações do senhor Paulo Frade por não ser este local para discutir os assuntos do jornal. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara respondeu ao Senhor Pires Plácido que o Plano de Pormenor da Gafanha da Boa Hora tem em elaboração uma proposta de loteamento e que seguidamente irá para registo, estando também a ser lançado o concurso para o projecto de infraestruturas para esse loteamento. Informou o Senhor Silvério Regalado que, relativamente ao PDM, este já foi à comissão da Reserva Agrícola para desafectação dos perímetros urbanos, tendo sido desafectadas mais cinquenta por cento das propostas anteriormente chumbadas e que se espera para breve a desafectação de mais vinte e cinco por cento, num total de aprovação muito próximo de oitenta a noventa por cento do pedido pela Câmara. Informou ainda que a partir de agora se pode desde já requerer construção nas zonas desafectadas para o novo PDM. À D. Dulcília Sereno, o Senhor Presidente respondeu que, relativamente aos moinhos de S. Romão, a Câmara pagou a última factura em atraso desde o tempo do anterior executivo. -----

----- Em seguida foi proposta pelo Senhor Presidente da Assembleia a eleição de um Presidente de Junta para participar no congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses, a pedido da organização. Foi eleito por unanimidade o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Sosa. -----

-----**ORDEM DO DIA**-----

----- **PONTO UM – INFORMAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA À ASSEMBLEIA** -----

----- O Senhor Presidente da Câmara leu a informação à Assembleia Municipal. -----

----- O Senhor Fernando Capela congratulou-se com a solução encontrada para a antiga Escola Secundária de Vagos, onde a Câmara ficará bem instalada, aconselhando a compra dos lotes de terreno que seja possível. Teceu ainda um elogio à conclusão das obras na capela da Misericórdia. -----

----- O Senhor Jorge Luís Oliveira lembrou novamente a hora tardia em que a informação da Câmara chegou aos membros da Assembleia, pedindo a intervenção do senhor Presidente. Pediu esclarecimentos sobre a permuta de terreno pela Escola Secundária, inclusivamente se não teria de ser autorizada pela Assembleia Municipal. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara deu informações sobre a aquisição da antiga Escola Secundária a qual estava sob a tutela da Direcção Geral do Património, conseguido-se baixar o preço de aquisição pela permuta de dois lotes camarários na Praia da Vagueira, os quais tinham já sido levados a hasta pública sem terem sido vendidos. Pediu desculpas pelo atraso na distribuição da sua comunicação, a qual já estava feita há algum tempo, não tendo sido distribuída por lapso. Referiu-se à visita do Senhor Presidente da República fazendo suas as palavras do Senhor Presidente da Assembleia. E afirmou o seu orgulho pela obra de recuperação da Capela da Misericórdia em Vagos, dizendo que foi muito bem empregue o dinheiro atribuído pela Câmara para o efeito. -----

----- **PONTO DOIS – PLANO DE PORMENOR DA ZONA DE EQUIPAMENTO SOCIAL DE OUCA – PROPOSTA DE SUSPENSÃO PARCIAL DO PDM E ESTABELECIMENTO DE MEDIDAS PREVENTIVAS** -----

----- O senhor Presidente da Câmara, o qual fez o respectivo historial, dizendo que o PDM em vigor sé permite a construção de três pisos, e que a solução é a que vem em epígrafe, de modo a aprovar um plano de pormenor que seja também aprovado em Conselho de Ministros para legalizar aquela obra. -----

----- No uso da palavra, o senhor deputado Tony Richard manifestou a sua intenção de votar favoravelmente o ponto em discussão. -----

----- O Senhor Paulo Frade referiu-se à importância das obras protagonizadas por alguns padres, lembrando que o município atribuiu uma medalha de ouro ao Padre João Mónica da Rocha, director do Colégio de Calvão. Lembrou

também o papel importantíssimo do Padre Creoulo para a freguesia de Santo António de Vagos, a quem foi feita uma estátua vergonhosa em termos estéticos, que o homenageado não merecia, e que resulta em mais um atentado à estética e urbanismo concelhio. Do mesmo modo a obra do Lar de Ouca, que é ilegal como muitas outras no Concelho, e que é bom que seja legalizada, é muito discutível em termos estéticos. -----

----- O Senhor Jorge Luís Oliveira, afirmando que o Lar de Ouca é uma das mais importantes obras sociais do Concelho, sendo de toda a importância a sua legalização, lembrou também que não deve passar a ideia de que se pode construir tudo o que se quer, que depois se há-de legalizar. Regozijou-se com as novidades acerca do novo PDM, esperando que não haja depois construção ilegal. -----

----- O Senhor Fernando Capela afirmou que alguém terá criado falsas expectativas ao Padre António, e que depois nada fez para resolver o assunto. Um assunto cuja solução tinha sido apontada há muito tempo e não tinha sido aceite pelo executivo da altura, pecando agora apenas por tardia. -----

----- O Senhor Tony Richard manifestou a sua discordância em relação a quem pense que aquela obra foi iniciada de ânimo leve, pois se terá baseado em promessas de legalização. -----

----- O Senhor Paulo Frade, respondendo ao senhor Fernando Capela, assumiu a responsabilidade de não ter alertado o executivo de então, mas questionou o senhor deputado sobre as suas responsabilidades na venda do terreno do Areão. -----

----- O Senhor Jorge Luís respondeu ao senhor Tony Richard que nunca quis dizer que a obra em causa não fosse feita com a conivência da Câmara, e que todos os Presidentes que passaram por esta Câmara deixaram o Concelho em piores condições que o encontraram. -----

----- O Senhor Fernando Capela respondeu ao senhor Paulo Frade, disse que esteve na reunião por ele citada e que aprovou a venda de um lote de terreno para implementação de um projecto turístico, e que o pior castigo que o executivo do Dr. Carlos Bento podia dar à Riavagos era obrigá-la a implementar o projecto turístico que apresentaram nesta Câmara Municipal. -----

----- Passando à votação do ponto número dois, foi o mesmo aprovado por unanimidade. -----

**----- PONTO TRÊS – REGULAMENTO SOBRE O LICENCIAMENTO DAS ACTIVIDADES DIVERSAS PREVISTAS NO DECRETO-LEI Nº 264/2002, DE 25 DE NOVEMBRO E NO DECRETO-LEI Nº 310/2002, DE 18 DE DEZEMBRO. TRANSFERÊNCIA PARA AS CÂMARAS MUNICIPAIS DE COMPETÊNCIAS DOS GOVERNOS CIVIS -----**

----- O Senhor Presidente da Câmara, apresentando o ponto, referiu que decorre da transferência de competências do Governo Civil para a Câmara Municipal, seguindo-se a proposta de regulamento da Associação Nacional de Municípios Portugueses, do qual apenas difere no valor das taxas. -----

----- Como nenhum dos senhores deputados manifestou interesse em usar da palavra, procedeu-se à votação, sendo o ponto aprovado com uma abstenção. -----

**----- PONTO QUATRO – REGULAMENTO MUNICIPAL DA URBANIZAÇÃO E DA EDIFICAÇÃO ----**

----- O senhor Presidente da Câmara usou da palavra para apresentar a proposta de Regulamento, longamente trabalhada com municípios vizinhos e depois adaptada ao nosso caso específico. -----

----- No uso da palavra, a Senhora Luísa Costa colocou algumas questões relativas ao regulamento, nomeadamente aos índices de implantação, aos locais de estacionamento, aos muros de vedação, sua altura e alinhamento actualizado, aos arranjos confinantes com a via pública e à caução para estragos. -----

----- Respondendo, o Senhor Presidente da Câmara disse que essas preocupações não têm fundamento, analisando-as caso a caso, dando as respectivas explicações do regulamento e concluindo que tudo está aí previsto.--

----- O Senhor Paulo Frade usou da palavra para sugerir a protecção da casa tradicional gandraesa, indicando a que está junto à escola da Parada como o exemplar mais estimável do género. -----

----- O Senhor Fernando Capela referiu que a casa indicada pelo senhor Paulo Frade faz parte de um plano para a sua preservação. Relativamente ao regulamento concordou com a sugestão de não permitir a construção sem incluir a demolição e reconstrução com novo alinhamento dos muros antigos. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara respondeu que todos os cidadãos são responsáveis pelo questionamento das possíveis ilegalidades de construção e que devem questionar a Câmara quando vêm ilegalidades para que ela possa legalizar o que for legalizável ou demolir o que não for legalizável. Relativamente à protecção da casa gandraesa, afirmou que ela fica garantida no novo PDM. -----

----- Passando à votação, foi o Regulamento aprovado por unanimidade. -----

----- O Senhor Joaquim Plácido usou da palavra para questionar o sentido de voto do senhor Paulo Frade na votação do terceiro requerimento apresentado pelo Grupo do PSD, tendo sido esclarecido pela Mesa. -----

----- O Senhor Jorge Luís usou da palavra para questionar a presença do Senhor Fernando Capela na comissão de inquérito relativo ao processo Riavagos, pelo facto de ter votado favoravelmente na Assembleia Municipal, sem a informação conveniente, a venda dos terrenos que deram origem ao processo. Disse o senhor deputado que lhe parece haver uma incompatibilidade do Senhor Fernando Capela para pertencer à dita comissão, e que se a Assembleia assim não entender, há a sua própria incompatibilidade em dela fazer parte. -----

----- O Senhor Fernando Capela usou da palavra para anunciar a sua substituição pelo Senhor Tony Richard. Afirmou ainda que o senhor Jorge Luís não se devia na altura ter retirado da sala, mas ter votado contra, concluindo estar de consciência tranquila. -----

----- **PONTO QUINTO – “AVIÁRIOS DE SÃO CAETANO” – RECONHECIMENTO DO INTERESSE PÚBLICO PARA EFEITO DA ALTERAÇÃO E AMPLIAÇÃO DAS INSTALAÇÕES** -----

----- O Senhor Presidente da Câmara pediu para a Assembleia se debruçar ainda sobre um ponto extra, o reconhecimento do interesse público do alargamento das instalações de uma empresa do Concelho, para dar seguimento às suas pretensões, aproveitando as novas possibilidades legais. Pôs ainda à consideração da Assembleia a marcação de uma sessão extraordinária para Março. -----

----- Como ninguém se opôs, foi apresentado pelo Senhor Presidente da Câmara o tema em questão respeitante ao Reconhecimento do interesse público e municipal para o projecto de alteração e ampliação das instalações do Centro de inspecção e classificação de ovos conforme projecto de licenciamento industrial aprovado pela Direcção Regional de Agricultura da Beira Litoral, pertencente à empresa Aviários S. Caetano sediada em Ouca, explicando os fundamentos da sua aprovação pela Câmara Municipal. -----

--- ----- No uso da palavra, o Senhor Jorge Luís Oliveira referiu que conhece pessoalmente o caso, pelo que vota favoravelmente mesmo sem o ponto estar previamente agendado e sem virem documentos à Assembleia. -----

----- Posto à votação, foi o ponto aprovado por unanimidade. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara apresentou em seguida alguns assuntos urgentes que motivam o pedido da convocação de uma sessão extraordinária em Março. -----

----- Dado que nenhum dos senhores deputados se opôs, o Senhor Presidente da Assembleia abriu o Período de Intervenção do Público. -----

----- O Senhor António Vieira, de Vagos, interpelou a Câmara sobre um sinal de trânsito com pouca visibilidade no entroncamento da Carregosa. Lembrou também as lombas da Estrada da Alta Tensão na Gafanha, cuja remoção foi aprovada pela Assembleia Municipal há bastante tempo, mas continuam no mesmo local. Referiu ainda a perigosidade em que se encontra o pontão no limite da floresta próximo da Zona Industrial.-----

----- O Senhor Presidente da Câmara respondeu que por lapso não foi posta em plano de actividades a demolição das lombas, estando a ser feito o respectivo projecto para execução pela Junta de Freguesia da Gafanha da Boa Hora. Disse também que a Câmara vai procurar resolver os outros casos mencionados. -----

----- Finalmente foi marcada a data da primeira reunião da comissão eventual de inquérito para o dia 27 de Fevereiro às 21 horas na Câmara Municipal. -----

----- De imediato, o segundo secretário procedeu à leitura da minuta da acta da presente Sessão. -----

----- O senhor Presidente da Assembleia colocou a minuta da acta à votação. A mesma foi aprovada por unanimidade. -----

----- E, nesta altura, o senhor Presidente da Assembleia deu por encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente acta, que, depois de aprovada, vai ser assinada pelos membros da Mesa. -----